



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 08/06/95
C	Rubrica

Processo nº: 10183.000881/93-67

Sessão de : 20 de outubro de 1994

Acórdão nº : 202-07.192

Recurso nº: 96.287

Recorrente : CELSO GONÇALVES DE OLIVEIRA

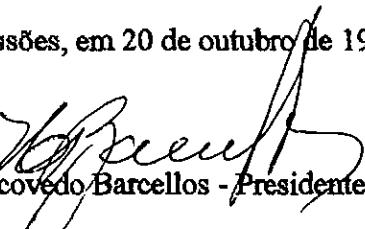
Recorrida : DRF em Cuiabá - MT

ITR - LANÇAMENTO - Valor da Terra Nua declarado pelo contribuinte e rejeitado pela IRF. Fixação do VTN conforme IN/SRF/ 119/92. Observância das formalidades legais. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CELSO GONÇALVES DE OLIVEIRA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1994.


Helvio Escovedo Barcellos - Presidente


Daniel Corrêa Homem de Carvalho - Relator


Adriana Queiroz de Carvalho - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 07 DEZ 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elio Rothe, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Osvaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges e José Cabral Garofano.

hr/jm/ja/gb



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 10183.000881/93-67

Recurso nº: 96.287

Acórdão nº: 202-07.192

Recorrente: CELSO GONÇALVES DE OLIVEIRA

RELATÓRIO

O contribuinte acima identificado foi notificado a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuições SENAR e Sindical Rural CNA - CONTAG no montante de Cr\$ 9.806.123,00 correspondentes ao exercício de 1992 do imóvel de sua propriedade denominado "Gleba Moreru", localizado no Município de Juruena - MT.

Não aceitando tal notificação, o requerente procedeu à impugnação (fls. 01/08) alegando, em síntese, que:

a) o Valor mínimo da Terra Nua - VTNm por hectare aprovado pela IN/SRF nº 119/92 gerou absurdas distorções, ou seja, aumento de VTN variando de 286,38% a 698,71% para imóveis situados em região de solos férteis e dotados de infra-estrutura, e de 19.349,04% para imóveis situados na "inóspita e carente região do extremo norte de Mato Grosso";

b) os contribuintes não cumpridores de suas obrigações cadastrais serão inexplicavelmente favorecidos em função do disposto no subitem 1.1 da Portaria - MEFP/MARA nº 1.275/91;

c) "o que houve não foi apenas correção do valor da terra nua, mas verdadeira majoração de tributo, ferindo, assim o disposto no artigo 97, parágrafo único, do CTN"; e

d) solicita o reprocessamento da Notificação do ITR/92, aplicando -se a correção de 236,982% sobre o Valor da Terra Nua - VTN constante da tabela publicada através da Portaria - MEFP/MARA nº 309/91, ou com base no VTN constante na Declaração Anual de Informação, concedendo-se as reduções de direito.

A autoridade julgadora de primeira instância, a fls. 13/14, julgou procedente o lançamento.

Cientificado em 13.10.93, o interessado interpôs recurso voluntário em 26.10.93, (fls. 15/32) repisando os pontos expendidos na peça impugnatória, e requerendo:



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 10183.000881/93-67

Acórdão nº: 202-07.192

495

a) a suspensão da exigibilidade do Crédito Tributário considerando o disposto no art. 151 do Código Tributário Nacional - CNT;

b) a adoção do Valor da Terra Nua - VTN exarado na Declaração Anual de Informação, vez que, na data de emissão da Guia do ITR/92, não havia índice ou tabela de VTN aprovada pela Receita visando a atualização do Valor da Terra Nua - VTN e ainda considerando as irregularidades apontadas e comprovadas na Portaria Interministerial n.º 1.275/91 e Instrução Normativa n.º 119/92, ou a aplicação do índice de 236,982% relativo à variação do INPC de maio/91 a Dezembro/91, sobre a tabela aprovada pela Secretaria da Receita Federal em maio/91, fazendo-se comparação com o valor declarado pelo contribuinte e tributando pelo maior valor encontrado; e

c) seja reformada a favor do ora requerente a decisão proferida pela Receita Federal com o reprocessamento da guia do ITR/92 utilizando como base para o cálculo do ITR e Contribuição CNA o Valor da Terra Nua - VTN encontrado conforme mencionado no item b acima, concedendo novo prazo para pagamento.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 10183.000881/93-67
Acórdão nº: 202-07.192

496

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

Considerando que o VTN informado pelo contribuinte foi rejeitado pela SRF por ser inferior ao mínimo fixado conforme os parágrafos 2.º e 3.º do artigo 7.º do Decreto n.º 84.685/80, tendo sido o ITR lançado pelo valor mínimo do VTN aprovado pela IN/SRF n.º 119/92.

Considerando que o lançamento se constitui atividade administrativa vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional e foi efetuado em conformidade com a normas legais vigentes.

Considerando que a instância administrativa não é competente para avaliar e mensurar os VTN constantes da IN/SRF n.º 119/92.

Considerando o Acórdão n.º 202-06.974 desta câmara.

Nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 20 de outubro de 1994

DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO